

Emenda provoca cisão entre o Norte e o Sul

César Felicio
de Brasília

O Senado tentará este mês votar uma proposta de emenda constitucional que poderá significar o fim da guerra fiscal entre os estados para a atração de investimentos privados. Se a emenda proposta pelo senador Waldeck Ornellas (PFL-BA) for aprovada sem alterações, contudo, este ponto final na guerra fiscal não será neutro: dará a vitória para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País, que terão consagrado na lei o direito de oferecer, para todo o sempre, incentivos fiscais diferenciados em relação ao Sul e ao Sudeste.

A proposta de Waldeck Ornellas transfere do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) para o plenário do Senado a atribuição sobre a fixação de quais serão os parâmetros pelos cada região do País poderá conceder incentivos. Não haveriam mais propostas tentadoras individualizadas estando por estado. Todas as nove unidades da região Nordeste, por exemplo, teriam que obedecer uma faixa para a concessão de incentivos, os da região Sudeste outra e assim por diante.

"O nosso objetivo é levar a uma redução dos incentivos que são concedidos como um todo. A renúncia de 100% da receita não seria mais permitida", insiste Waldeck, admitindo contudo que o espírito da emenda é tratar diferentemente as regiões, conforme as suas desigualdades. "A referência que tomei é a da União Européia, que admite a existência de regiões com regime fiscal especial", argumentou. O senador baiano sabe que, antes da votação que marca o fim da guerra fiscal, haverá uma gigantesca batalha entre os estados pela definição das faixas de incentivos, mas ele acredita que esta briga não vai se dar no momento de votação da emenda. "A grande luta vai ser no momento de elaboração da resolução normativa do Senado que criará as faixas. A emenda não é o campo para estes conflitos", disse Waldeck.

Para os senadores das regiões Sul e Sudeste, a emenda gera muita preocupação e pelo menos duas emendas ao texto de Waldeck foram feitas no sentido de antecipar um pouco da briga que poderá haver quando chegar o momento de se redigir o ato normativo. O senador Vilson Kleinübing (PFL-SC) propõe que a fixação das faixas de incentivo só poderão valer se tiverem o voto de dois terços dos senadores, distribuídos à razão de pelo menos dois senadores por bancada estadual. "Desta maneira, qualquer região do País ganharia poder de veto", justifica o senador catarinense.

O senador José Serra (PSDB-SP) vai mais além e propõe que os parâmetros sejam fixados pelo presidente da República, com o Senado apenas ratificando ou não

o ato. "Centralizando a fixação de parâmetros no Executivo, abriria-se o campo para a formulação de uma política industrial consistente para o País", justifica o senador. Ainda assim, a ratificação da iniciativa presidencial dependeria do mesmo quórum qualificado proposto por Kleinübing. Serra propõe ainda que a inclusão de concessão de financiamentos pelo estado com juros subsidiados seja considerado incentivo.

Se aprovadas as emendas de Kleinübing e Serra, o poder dos senadores para traçar uma política de desconcentração industrial no País desapareceria por completo. O único saído concreto da alteração constitucional seria o fim definitivo da guerra fiscal, sem que a balança pesasse para o lado dos estados mais pobres.

Mesmo este objetivo ainda é posto em dúvida por alguns senadores. Kleinübing lembra, por exemplo, que a prática de certos estados em conceder incentivos sem a deliberação do Confaz foi tornada ilegal desde 1975. Ainda assim, esta norma é solenemente ignorada.

"Mesmo que o Confaz perca atribuições porque não foi capaz de regular a questão de incentivos estaduais, quem garante que o Senado será capaz? Acabamos de presenciar como resoluções do Senado referentes à emissão de títulos para pagamento de precatórios judiciais foram burladas. Quem garante que será diferente?", argumentou Kleinübing, referindo-se ao escândalo investigado por uma CPI no Senado. "A emenda ameniza, mas não resolve o conflito federativo em si. Apenas desloca o eixo da discussão. Desconfio que a guerra fiscal poderá apenas mudar de campo de batalha", disse o senador Ney Suassuna (PMDB-PB).



José Serra

REGISTRO

IGP-10 fica em 0,28%

A alta dos produtos agrícolas foi a principal responsável pela subida da inflação registrada pelo Índice Geral de Preços-10 (IGP-10) em agosto, informou a Agência Globo. A taxa subiu de 0,11% em julho para 0,28% neste mês, influenciada pelo comportamento dos preços agrícolas, que saíram de uma deflação de 1,45% no mês passado para uma alta de 0,28% no atacado. Os produtos industrializados também subiram mais do que o esperado, oscilando 0,48% em agosto. Já os preços ao consumidor recuaram significativamente, registrando deflação de 0,01% neste mês, contra uma elevação de 0,66% em julho. Os grandes culpados pela queda dos preços foram os grupos vestuário, habitação e transporte. O índice refletiu também o fim dos impactos dos reajustes das tarifas públicas, com a queda dos gastos com habitação e transportes. O Índice Nacional do Custo da Construção (INCC) subiu 0,54% em agosto, abaixo da variação de 0,96% captada no mês passado.